



INFORMAÇÃO AOS COMPARTES

1 – Processo nº 2573/12.6TBSTR.

Esta acção fora instaurada no ano de 2012 na sequência da **usurpação e ocupação violenta do edifício sede no dia 8 de Agosto de 2012** e posterior restituição em 20/09/2012.

Neste processo, que andou cerca de 5 anos pelos Tribunais, veio a entender-se, por decisão transitada em julgado nos finais de 2017, que as eleições para os órgãos sociais ocorridas em 29-05-2011 (estas eleições, exclusivamente), não teriam sido realizadas segundo o formalismo da Lei dos Baldios então em vigor e, por isso, foram os reus absolvidos de pagar indemnizações.

Sucedeu que dois compartes, Maria Florinda Brígido e Abílio Lopes Rafael, em Maio de 2018, vieram “reabrir” este processo tentando que o Tribunal lhes reconhecesse alguns direitos seus nos órgãos sociais, resultante de uma reunião sem valor legal que teria ocorrido, à socapa, no Pé da Pedreira em 28-07-2017!

Aconteceu que, naturalmente, o Tribunal de Santarém, por decisão de 25-07-2018, recusou-lhes qualquer direito e negou-lhes inteiramente a pretensão apresentada.

Porém, interpuseram ainda recurso de apelação para a Relação de Évora; mas este Tribunal, por Acórdão de 14-02-2019, já transitado em julgado em 06-03-



2019, veio a julgar improcedente a apelação e, em consequência, confirmar a decisão recorrida e ,repetindo, negando-lhes qualquer direito.

Acresce que este Acórdão do Tribunal da Relação, tal como já anotara o Supremo Tribunal de Justiça, qualificou a atitude daqueles “requerentes” *«como ilícita porque consubstanciada numa ação ostensivamente violadora da lei que impõe o recurso à via judicial para reconhecimento do seu direito»*.

Assim, **ficou definitivamente assente que algum direito invocado por aqueles compartes só pode ser apreciado em ação judicial e unicamente o Tribunal o pode reconhecer ou conferir e a verdade é que nunca nenhum Tribunal lhes reconheceu algum direito invocado!**

2 – Procedimento Cautelar – Proc. nº 2837/17.2 T8STR

Ainda em Outubro de 2017 os mesmos dois Maria Florinda e Abilio Rafael instauraram uma providência cautelar para suspensão das deliberações da Assembleia de Compartes realizada em 5 de Outubro de 2017, na qual foram eleitos os membros dos atuais órgãos sociais da Instituição dos Baldios.

Após várias problemáticas judiciais, realizaram-se diversas sessões de julgamento e, por sentença de 7 de Março de 2019, ficou consignado que aqueles «requerentes» não conseguiram provar *«ainda que indiciariamente»* a probabilidade séria da existência de qualquer direito, sendo decidido ***«julgar totalmente improcedente, por não indiciada»*** a providencia cautelar intentada pela Maria Florinda e Abílio Rafael e absolvida a requerida Assembleia de Compartes.



3 – Procedimento Cautelar – Proc. nº 2267/18.9T8STR

Entretanto, em Setembro de 2018, ainda os mesmos Maria Florinda e Abílio Rafael, resolveram instaurar no Tribunal de Santarém contra o Conselho Diretivo dos Baldios **mais uma** providencia cautelar, agora invocando prejuízos e a tal inválida reunião ocorrida em 28/07/2012, acabavam a pedir que o edifício sede lhes fosse entregue!

Após discussão e julgamento, foi proferida **sentença em 12/11/2018**, onde também ficou a constar, mais uma vez, que os requerentes **não** conseguiram demonstrar, «ainda que indiciariamente» a probabilidade **séria** da existência de qualquer direito e, por isso, foi julgada «totalmente improcedente» a providência cautelar e absolvido o Conselho Diretivo.

Mas, inconformados, ainda apelaram eles para o Tribunal da Relação, em Dezembro de 2018!

Como seria de esperar, veio **agora** a Relação de Évora, por **Acordão de 28-03-2019**, **confirmar a decisão recorrida**, **repetindo novamente a inexistência, de indícios sequer, de algum direito daqueles “apelantes”!**

4 – Embargo de Obra – Proc. nº 277/19.8T8STR

Em meados de Janeiro de 2019 o Conselho Diretivo foi obrigado a instaurar um **processo de embargo contra Maria Celeste Ribeiro Touret e marido**, para suspender a construção de um muro que estes começaram a construir, em pleno terreno baldio, numa extensão de cerca de 55 metros.



ASSEMBLEIA DE COMPARTES DOS BALDIOS
de Valverde, Pé da Pedreira, Barreirinhas e Murteira

O referido muro estava a ser implantado em redor de uma casa daqueles, em Pé da Pedreira, construída há muitos anos em terreno baldio, vedando uma área de cerca de 600m² e a **uma curtíssima distância da estrada municipal nº 1314** (estrada 5 de Outubro) que atravessa Pé da Pedreira.

O que criou também naquela zona uma situação muito perigosa, face ao estreitamento do espaço e ao movimento de pessoas e veículos.

Logo que o Conselho Diretivo tomou conhecimento daquela atitude da Maria Celeste e marido, contactou com eles, procurando combinar uma reunião urgente na intenção de se encontrar uma solução de entendimento. Porém, lamentavelmente, recusaram, de forma repetida e categórica!

Por sentença de 31 de Janeiro de 2019, o Tribunal deu-nos razão, julgou procedente o embargo e ordenou a suspensão daquela descrita construção do muro, a qual está parada.

Os requeridos Maria Celeste e marido vieram deduzir oposição alegando que têm direito e requereram a **inquirição de testemunhas**, as quais irão ser ouvidas pelo Tribunal.

Não se encontrando, entretanto, alguma solução de entendimento, a fase processual seguinte será para que o Tribunal ordene a demolição.

5 – Processo “Moca Stone” – Nº 2704/12.6TBSTR

No ano de 2012, a empresa “Moca Stone, SA” instaurou um processo no Tribunal de Santarém contra o Conselho Diretivo, como representante da Assembleia de



ASSEMBLEIA DE COMPARTES DOS BALDIOS
de Valverde, Pé da Pedreira, Barreirinhas e Murteira

Compartes, 30.000,00€, a propósito de uma pretensão de que lhes fosse concedida a exploração de uma área de 30.000m² no “Cabeço da Giesteira”.

Ocorreram várias conversações e tentativas de acordo, mas sem êxito, face à posição intransigente da Moca Stone, que chegou a apresentar-nos uma indemnização de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros)!

O processo sofreu diversos percalços, pediram lucros cessantes e indemnizações a apurar em «*liquidação de sentença*», o julgamento foi repetido mas **por sentença de 17-01-2018 a ação da Moca Stone foi julgada “totalmente improcedente”**, por não provada e o Conselho Diretivo absolvido.

A Moca Stone apresentou recurso para o Tribunal da Relação, mas por **Acórdão de 24 de Março de 2019 «...acordam os Juízes nesta Relação em negar provimento ao recurso e confirmar a douda sentença recorrida»**, negando assim qualquer razão a Moca Stone, agora de modo definitivo.

